

Recuperação judicial e falência

↳ A **recuperação judicial** é o processo por meio do qual uma empresa em crise financeira busca renovar suas dívidas e pagamentos junto a credores, colaboradores e fornecedores.

@beatriznamiestudies

▷ **objetivo:** o principal objetivo é a manutenção da atividade econômica, dos empregos e da função social da empresa.

É uma **ação judicial que serve para reorganizar a empresa** e tentar superar a crise.

▷ **pedido:** em regra quem pode fazer o pedido é o empresário devedor. A **recuperação judicial se inicia com o petiçãoamento ao juízo especializado**

Para que o pedido seja válido, é necessário que a empresa possua CNPJ e esteja ativa há pelo menos 2 anos.

↳ **Exceção:** são as sociedades de economia mista, instituições financeiras, empresas públicas, ONGs e cooperativas.

Os produtores rurais, ainda que exerçam a atividade por meio de pessoa física, também estão aptos a acionar esse instrumento jurídico.

▷ **NÃO SE APLICA:** sociedades simples, empresas públicas, sociedades de economia mista, empresários sujeitos à liquidação extrajudicial.

Requisitos:

- Exercício regular de atividades há mais de 02 anos;
- não ser falido ou já ter declaradas extintas suas responsabilidades;
- não ter obtido recuperação judicial em 05

anos;

- não ter obtido recuperação judicial nos últimos 08 anos com base em plano especial para ME e EPP;
- não ter condenação por crime falimentar;

* **NÃO PODE** abranger os créditos constituídos após a data do pedido de homologação.

@beatriznamiestudies

▷ **petição inicial:**

- exposição de causas concretas da situação patrimonial do devedor e razões da crise econômica.
- demonstrações contábeis dos últimos 03 exercícios e as levantadas especialmente para instruir o pedido;
 - a) balanço patrimonial;
 - b) demonstração de resultados acumulados;
 - c) demonstração do resultado desde o último exercício social;
 - d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção.
- relação nominal completa;
- relação integral dos empregados;
- certidão de regularidade do devedor no Registro Público;
- a relação de bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;
- os extratos atualizados das contas bancárias
- certidões dos cartórios de protestos;
- relação de todas as ações judiciais em que figure como parte.

importante →

junto ao pedido deverá conter os documentos de escrituração contábil e demais relatórios

auxiliares, na forma da lei.

↳ A falência é um processo de Execução concursal do Empresário devedor.

Se o devedor é insolvente, os credores executam o devedor conjuntamente. É um processo de execução coletivo.

pressupostos

@beatriznamiestudies

pressuposto material subjetivo: empresário devedor.

pressuposto m. objetivo: insolvência jurídica

pressuposto formal: sentença declaratória de falência.

* Da decisão que defere o processamento da recuperação judicial cabe agravo de instrumento, uma vez que essa decisão é terminativa.

A falência é um processo cuja tem a finalidade de afastar o devedor de suas atividades no intuito de preservar bens, ativos, e recursos produtivos da empresa, pl futuro pagamento de credores.

↳ com a decretação da falência o devedor fica inabilitado pl exercer qualquer atividade comercial, perde o direito de administrar seus bens e fica obrigado a cumprir os deveres legais descritos no art. 104.

Não é possível declarar falência de pessoa física, todavia, pl algumas pessoas jurídicas é possível a decretação de insolvência civil.

___/___/___

* **insolvência:civil:** é utilizado p/ declarar a situação em que o devedor, em regra, pessoa física, mas também cabe p/ pessoas jurídicas não empresariais, possui mais dívidas do que bens w capacidade de pagamento.